



RECIFE 1966-1980 - UMA CIDADE AO SUL DO EQUADOR ONDE NÃO HÁ CHÃO DE ESTRELAS

RECIFE 1966-1980 - A CITY SOUTH OF ECUADOR WHERE THERE IS NO STAR FLOOR

Luís Manuel Domingues do Nascimento¹

luismdomingues1957@gmail.com

Resumo

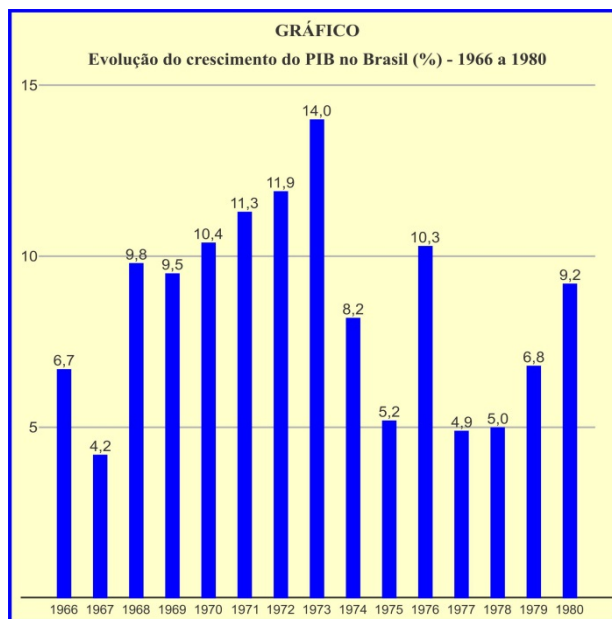
Entre 1966 e 1980, durante a Ditadura Militar no Brasil (1964 a 1985), o país cresceu a uma taxa média anual de 8,49% em relação ao seu PIB, num cenário econômico-social que resultou numa transformação estrutural da economia do Brasil, produzindo mudanças significativas no seu mercado de trabalho e na consolidação de sua sociedade de consumo. Os principais beneficiários desse processo, além daqueles que detinham o controle da produção, circulação e consumo da mercadoria, foram às classes médias urbanas. Para as classes subalternas, o desenvolvimento econômico brasileiro representou um fardo e a condição de excluídos do acesso aos seus êxitos materiais, reservando-lhes o estatuto de serem dedicados, sóbrios e dóceis e a tarefa de suportarem as condições de trabalho degradante e as baixas remunerações pelos serviços que podiam prestar. Neste artigo, temos como propósito opera uma reflexão história de como esse desenvolvimento econômico brasileiro repercutiu sobre as classes subalternas na cidade do Recife, principalmente, no que se refere à evolução da sua baixa renda *per capita* e as condições dadas de vida para elas e, com enfoque especial, sobre os ambientes que lhes serviam de moradia, como as favelas da cidade e os conjuntos habitacionais que lhes serviam de abrigo.

1 Não há chão de estrelas

Durante os anos de 1966 e 1980, o PIB brasileiro cresceu em média 8,49% ao ano (ver Gráfico abaixo). Esses quinze anos estão inseridos no longo período da Ditadura Militar no Brasil (1964 a 1985). No decurso desses vinte e um anos, é possível identificar algumas fases em relação às políticas e intervenções econômicas do aparelho de Estado na economia brasileira, que promoveram, ao mesmo tempo, uma mudança estrutural na economia do país e uma significativa concentração de renda, e, concomitante, uma política de atrofia e de retração das políticas de bem-

¹Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco e da Universidade Católica de Pernambuco. Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco.

estar social, marcadas pelo arrocho salarial, pelo quase desmanche dos serviços públicos ofertados pelo Estado as classes subalternas e pela deterioração das condições de vida dessa população.



IBGE. Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 1 CD-ROM.

A primeira fase desse período (1964 a 1985) vai de 1964 a 1967 e foi caracterizada por uma reorganização do sistema financeiro do Brasil, pela recuperação da capacidade fiscal do Estado e por uma política monetária ortodoxa para a obtenção de uma estabilidade econômica para o país. Na fase seguinte, 1968 a 1973, ocorreu uma significativa expansão da economia brasileira, o que levou os ufanistas de plantão a denomina-la como os anos do "milagre econômico brasileiro" (1968 a 1973), marcada pela expansão da produção da indústria de bens de consumo final, do setor da construção civil e do crescimento do mercado consumidor. A fase seguinte, 1974 a 1980, ocorreu uma articulação e implantação de uma política de transformação estrutural com o objetivo de enfrentar os problemas resultantes do alto crescimento e do grande volume de importações que estavam levando a economia brasileira à época ao colapso, instalando-se no Brasil setores produtivos voltados para a produção petroquímica, de metais não-ferrosos, de novos produtos siderúrgicos (aços ligados e especiais), junto com a expansão das fontes geradoras de energia, como: a Usina Hidrelétrica de Itaipu, o Programa do Pró-Álcool e o programa nuclear brasileiro. A ultima fase, 1981 a 1985, seria caracteriza por uma recessão, entre 1981 e 1984, com uma queda de

-1% do PIB ao ano, resultado de um crescente processo inflacionário que findou, em 1985, com uma hiperinflação, uma retração das obras públicas e um aumento expressivo da dívida externa.²

A mudança estrutural na economia brasileira no período em foco criaram novas oportunidades de empregos que permitiram a alguns setores das camadas médias urbanas comporem uma nova categoria de assalariados, praticamente concentrada nos grandes polos urbanos do Brasil. Essa fração da classe média estava vinculada às funções burocráticas e tecnocráticas do Estado, à universidade, ao setor de transportes, ao sistema financeiro, ao processo de monopolização do comércio (supermercados e cadeias de lojas), ao setor administrativo e produtivo das grandes empresas, e, no mais das vezes, era detentora de um leque de aptidões e dotes intelectuais e técnicos reconhecidos e recompensados materialmente pela modernização capitalista no país, o que lhes servia de suporte para a sua promoção social por meio da aquisição e posse dos novos brasões de riqueza e dos símbolos de *status*, como: os bens de consumo duráveis com as suas marcas portadoras de valor emblemático de ascensão social na sociedade de consumo.

A emergência dessa categoria de assalariados era a principal vitrine do sucesso de um país em que seus governantes procuravam a todo custo atualizá-lo com as modernas sociedades industriais e de consumo, informando uma ruptura antecipada com um passado histórico recente. A vitrine era o anúncio da emergência de uma nova nação, fundada numa sucessão de eventos e instantes reveladores que pretensamente inauguravam outra era com outra ordem diferente no curso dos acontecimentos. Os conteúdos do passado passaram a ser pautados como simulacros e expurgados como resíduos de um passado que persistia na realidade do presente. Os resíduos históricos passaram a ser tratados de forma estilizada, a-local e a-histórica, servindo como exemplos de referência e de expressão para se operar um salto quântico entre o passado e o presente, onde o presente se coloca de forma comedida e descontínua em relação aos resíduos históricos e sociais do passado, segundo uma reflexão de Fredric Jameson. (JAMESON, 1992; 13-14)

Nas tabelas 01 e 02, considerando o caso da região metropolitana recifense e do Recife, respectivamente, averiguamos que entre 1970 e 1980 cresceu o número absoluto de trabalhadores de frações da classe média, obtendo cada vez mais uma renda apreciável e sua inserção como consumidor numa sociedade de consumo, permitindo verificar uma concentração na distribuição da renda entre extratos médios para cima, com o inverso ocorrendo para os extratos compostos pelos demais trabalhadores. Em 1970, só 5% dos assalariados tinham uma renda superior a Cr\$ 1.001,00 ao mês, e, em 1980, a situação pouco variou, pois uma década depois, o dinamismo da economia só acresceu em 1% o número de pessoas que tinham uma renda superior a 10 salários mínimos. Em

² Sobre essas fases históricas da economia brasileira, consultar: MENDONÇA, Sonia Regina de e FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente: 1964-1980**, e CASTRO, Antonio Barros e SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A economia brasileira em marcha forçada**.

contrapartida, temos uma manutenção da massa de indivíduos com rendimentos até três salários mínimos e/ou sem rendimentos, perfazendo um total de 87,16%, em 1980, contra 88,2%, em 1970, para os que ganhavam até Cr\$ 500,00³, com uma retração de 1,04%.

TABELA 01 - REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE: DISTRIBUIÇÃO POR CLASSE DE RENDA (1970)			
Classe de Renda (Cr\$)	Número de Pessoas	Frequência (em %)	
		Relativa	Acumulada
Até 100	140.972	27,3	27,3
101 até -200	194.270	37,7	65,0
201 até -300	69.421	13,4	78,4
301 até -500	50.485	9,8	88,2
501 até -1000	34.976	6,8	95,0
1.001 até - 1.500	10.652	2,1	97,1
1.501 até -2.000	6.800	1,3	98,4
2.001 e mais	8.215	1,6	100,00
Total	515.791	100,0	---

Fonte: Diagnóstico Preliminar da Região Metropolitana do Recife.
Recife: CONDEPE, 1974, p. 11. (volume 2a)

TABELA 02 - RENDIMENTO MÉDIO MENSAL POR DISTRITOS NO RECIFE (1980)									
Distrito	Rendimento Médio Mensal por Salário Mínimo								
	Até 1	+ 1 a 2	+ 2 a 3	+ 3 a 5	+ 5 a 10	+ 10 a 20	+ de 20	S/Rend.	Total ¹
Recife	97	155	98	81	8	8	-	66	513
Santo Antonio	268	172	106	104	42	22	16	283	1.032
São José	4.450	2.103	916	633	371	142	29	6.198	14.944
Boa Vista	5.199	3.227	2.017	2.567	2.606	1.489	647	8.461	26.453
Santo Amaro	7.421	3.789	1.711	1.561	1.391	742	281	12.284	29.281
Graças	4.550	1.358	888	1.539	2.295	2.300	1.675	8.017	22.665
Encruzilhada	10.112	4.695	2.461	2.723	2.671	1.667	608	16.260	41.371
Afogados	25.004	16.604	7.536	6.639	4.699	1.396	210	53.535	115.987
Madalena	10.182	5.499	2.672	2.669	2.890	1.775	672	19.100	45.586
Tejipio	15.636	12.525	5.405	3.392	1.799	393	46	41.134	80.466
Boa Viagem	34.251	21.070	9.827	9.641	9.845	6.166	3.877	75.513	170.549
Poço	4.897	3.011	1.221	1.031	944	839	557	9.615	22.043
Casa Amarela	35.498	20.831	7.237	4.855	2.847	1.244	572	62.396	135.664
Várzea	20.971	13.328	5.926	5.126	3.988	1.795	436	43.914	95.702
Beberibe	29.696	16.606	6.801	4.087	1.970	587	124	55.571	115.056
Total ²	208.242	124.831	54.102	46.648	38.366	20.565	9.750	412.347	917.312
Participação (%)	22,70	13,61	5,90	5,08	4,18	2,24	1,06	44,95	-x-x-x-
Acumulado (%)	22,70	36,31	42,21	47,29	51,47	53,71	54,77	99,72	-x-x-x-

Fonte: Recenseamento Geral –1980, Censo Demográfico – Pernambuco, IBGE.

(1) Este total inclui pessoas com rendimentos não declarados, excluídos da tabela.

(2) Estes totais apresentam uma ligeira diferença para mais no somatório dos distritos que segundo o censo são pessoas que não declararam o distrito de domicílio.

³ Este valor equivale a quase três salários mínimos no final da década, 2,88%, constatando uma queda do poder aquisitivo real do salário mínimo ao longo da década de 1970.

Integravam essa massa de indivíduos aqueles da categoria à qual pertencia uma das personagens centrais do romance *A rainha dos cárceres da Grécia*, de Osman Lins, *Maria de França*, e tantos outros que cruzam a sua história e outros sujeitos removidos dos relatos jornalísticos para as páginas do romance. Para esses indivíduos, o trabalho que executavam ainda tinha o significado de algo penoso e não obtinha muito apreço ou estima em qualquer que fosse a escala dos referenciais da meritocracia adotada à época pela sociedade. Os seus trabalhos e os dias ainda eram sinônimos de tortura, ecoando ainda o significado original do vocábulo latino que deu origem à palavra trabalho – *tripallium*, denominação de um instrumento de tortura na Roma Antiga.

Para a protagonista Maria de França, o trabalho estava longe de ser um fundamento de toda a sua vida, não constituía nem uma tendência inata que dava sentido a sua vida e muito menos lhe garantia alguma remissão com a qual pudesse compensar o seu infortúnio. Na maioria das vezes, o trabalho se apresentava para ela como um *afazer*, um *que fazer* ou um *biscate*, uma ocupação ou serviço eventual obtido, quase sempre de curta duração e nem sempre regular. Era na maioria das vezes um trabalho ou um emprego secundário, de onde se procurava obter alguns poucos rendimentos para garantir a sobrevivência. Às vezes ela auxiliava a mãe no serviço de lavar as roupas dos outros, uma das atividades cabíveis para as pessoas consideradas humildes, de condição modesta e sem qualquer preparo para exercer outra atividade que exigisse qualquer de mérito.

Maria, havendo ingressado na escola primária, falta à aula quando quer, não aprende nada e, "perdida entre irmãos", fica definitivamente em casa. Seu maior prazer, observar a transformação da roupa suja: sob as mãos da viúva, lençóis e camisas ficam limpos, lisos, "com um cheiro que a gente nunca sabe se é de capim ou de tijolo novo". Observa que as chuvas e o bom tempo, tão importantes no cultivo da terra, continuam a afetar, na cidade, o trabalho de limpar a roupa que os donos encardem. (LINS, 1976; 11)

Neste trecho do romance, que tem como o cenário o Brasil da primeira metade da década de 1970, Osman Lins nos anuncia o fardo que o desenvolvimento econômico do “milagre econômico” do “Brasil Grande” reservou para os que foram excluídos do acesso aos seus êxitos materiais. À massa imensa de Marias de França só foi reservado o estatuto de serem dedicados, sóbrios e dóceis e a tarefa de suportarem as condições de trabalho degradante e as baixas remunerações pelos serviços prestados. Distintos daqueles que garantiram para si aptidões intelectuais através do sistema educacional e desenvolveram competências e habilidades para gerenciar a produção de riquezas e garantir seu depósito nas mãos dos que detinham o controle da produção e reprodução do capital.

As repercussões de uma baixa renda *per capita* para a maioria da população do Recife se faziam sentir nas condições e nos ambientes que lhes serviam de moradia. Segundo uma pesquisa realizada pela Prefeitura da Cidade do Recife e divulgada em 1973, a cidade tinha cerca de 60 mil

mocambos, com uma média de cinco pessoas por unidade, perfazendo um total de quase 300 mil pessoas, sendo que a maioria das habitações eram alugadas e se pagava um aluguel que ia além dos Cr\$ 50,00. (A Construção Norte Nordeste, nº 3, jun. 1973; 26-27)

Para o Censo Demográfico de 1970, essas moradias denominadas mocambos integravam o item dos domicílios rústicos recenseados. O quantitativo dos que tinham essa classificação chegava ao número de 95.945, de um total de 326.094 domicílios recenseados, sendo que 200 foram considerados improvisados e o restante (229.949) recebeu a classificação de duráveis.

No geral, as moradias rústicas não eram de alvenaria e estavam desprovidas de quase todas as instalações de infraestrutura. Isto significa informar que o complexo de moradias das favelas do Recife, nos anos de 1970, era bem maior do que se fossem considerados só as moradias rústicas. Alberto de Sousa, no livro *Do mocambo à favela: Recife 1920-1900*, a partir de estudos da FIDEM e dos indicadores dos censos de 1970 e 1980, estima que na região metropolitana recifense existiam, em 1978, cerca de 210 mil moradias e 1.135.000 habitantes distribuídos por favelas.



(De cima para baixo e da esquerda para direita) Fig. 1. Favela nos alagados do Coque. **Fonte:** A Construção Norte Nordeste, nº 18, nov. 1974, p. 14. Fig. 2. Favela nos morros de Casa Amarela. **Fonte:** URBIS: Revista de Urbanismo e Desenvolvimento. Recife: URB- Empresa de Urbanização do Recife – PCR, Ano III, n. 4, jan./fev./mar., 1980, p. 42. Fig. 3. Favela ribeirinha no Pina. **Fonte:** RECIFE, Secretaria de Planejamento – URB. Plano de Desenvolvimento do Recife. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1980 p. 18.

No Recife, as favelas se situavam em três áreas distintas da cidade. A primeira compreendia as favelas localizadas no entorno da área central da cidade, entre as quais estavam as favelas localizadas em Santo Amaro e as do Coque, Coelhoos, Brasília Teimosa e Pina. A segunda área eram as aglomerações localizadas nas terras baixas da planície aluviônica no sentido do interior da cidade, compreendendo, também, as áreas de mangues, ribeirinhas e as atravessadas por complexos

viários recém-construídos ou em fase de construção e planejamento, destacando-se como principais aglomerações de favela: Chié e Ilha do Joaneiro, situadas nos mangues e alagados de Campo Grande; as áreas que margeavam as aglomerações das residências de moradores de renda média alta da orla marítima de Boa Vigem; as localidades ribeirinhas dos rios Capibaribe e Beberibe, situadas em bairros como Casa Forte, Madalena, Beberibe, e as áreas que margeavam o Rio Jiquiá, como o complexo de favelas Jiquiá-Remédios. A terceira área era composta pelos morros que circundam o Recife, com uma altitude entre 50 e 100 metros, destacando-se as colinas de Cavaleiro e Guararapes, morros fronteiriços com a cidade de Jaboatão, e as inúmeras favelas dos morros de Casa Amarela-Beberibe, que em 1980 tinham uma população superior a 400 mil habitantes.

Grande parte das moradias localizadas nessas áreas de favelas eram, em sua maioria, alugadas. Essa condição de ocupação pode ser verificada pelos indicadores apresentados pelo Recenseamento Demográfico de 1980 (Tabela 3), ao fazer um levantamento das residências particulares ocupadas nas aglomerações que eram consideradas essencialmente favelas.⁴

TABELA 3 – POPULAÇÃO RESIDENTE EM DOMICÍLIOS PARTICULARES E MÉDIA DE PESSOAS POR DOMICÍLIO PARTICULARE EM FAVELAS DO RECIFE (1980)			
Tipo de Veículo	População Residente	Domicílios Particulares	Média de Pessoas por Domicílio
Ambole	2.330	456	5,11
Beco da Tramways	2.677	538	4,98
Bode	5.066	1.149	4,41
Brasília Teimosa	16.527	3.334	4,96
Campo da Vovozinha ou Chega Mais	5.963	1.340	4,45
Campo do Onze	1.520	292	5,21
Cápua	2.700	625	4,32
Casa Grande	1.864	407	4,58
Chie	1.589	368	4,32
Coelhos	5.029	1.188	4,23
Conjunto Oropa, França e Bahia	2.057	447	4,60
Coque	4.676	1.127	4,15
Invasão do Mercado Público de Beberibe	286	66	4,33

⁴ O Recenseamento Demográfico de 1980 considerava essencialmente favelas as aglomerações com moradias rústicas e que eram desprovidas de instalações infraestruturais.

Invasão da Rua Tabaiães	1.327	297	4,47
Entra Apulso ou Mata Sete	2.156	473	4,56
Fernandinho	1.104	300	3,68
Ilha de Joaneiro	6.616	1.422	4,65
Ilha de Santa Terezinha	1.661	329	5,05
Ilha do Destino	1.917	402	4,77
Ilha Sem Deus	600	127	4,72
Rivaldo ou Padre Cícero	1.056	237	4,46
São Lucas	1.076	229	4,70
Saramandaia	660	162	4,07
Sítio da Viúva	1.457	303	4,81
Sítio do Céu	4.129	924	4,47
Skylab	1.903	400	4,76
Vietnam	3.452	663	5,21
Vila Camponesa	2.475	542	4,57
Vila do Apulso	1.414	291	4,86
TOTAL	85.287	18.438	4,63

Fonte: Sinopse Preliminar do Censo Demográfico – Pernambuco – 1980.

Muitas dessas favelas eram recentes e ganhavam ou tiravam o seu nome de algum fato de grande repercussão, de um programa com sucesso de audiência, ou prestavam alguma homenagem à luta pela disputa do espaço urbano ou, ainda, eram pura ironia. Para o primeiro caso, destacamos as favelas do Skylab, que recebeu esse nome quando da queda da estação orbital com o mesmo nome em 1979, que teve uma grande repercussão quando do seu regresso desastroso ao se espatifar ao contato com órbita da Terra, e a do Vietnam, organizada no ano em que a Guerra do Vietnã começava a ganhar um desfecho com a vitória dos vietnamitas e a debandada geral dos americanos, que tinha para si uma paisagem e um cenário um pouco parecido ao de um campo batalha:

O Jardim do Forte, no Bongí, é uma das vilas mais peculiares do Recife: nem tanto pela dificuldade de acesso ao local, que fica ilhado durante o tempo das chuvas, mas, pela construção de um verdadeira cerca de arame farpado entre o agrupamento de casas populares e uma favela, que margeia o local, propriamente chamada de “Vietnam”.

Ninguém no Jardim do Forte se aventura sequer a se aproximar da favela, pois dizem que é pior do que o Coque. Quem não é de lá, entrando não sai. Por conta disso, foi criada a cerca, mas, mesmo assim as casas da vila situadas na última

quadra, próximas ao aglomerado de mocambos, ainda não foram habitadas, de modo geral. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 02/09/1974; 13, 1º Caderno)

Outras favelas ganharam o nome de novelas de grande sucesso, exibidas no momento em que estavam se organizando, como *Saramandaia* e *Chega Mais*, novelas da Globo exibidas em 1976 e em 1980, respectivamente. Outras memorizavam o significado da luta dos ocupantes para se estabelecerem nos espaços escolhidos para erguer as suas moradias, como a favela *Entra Apulso*, que tinha esse nome numa referência à luta sem trégua para ocupar terrenos abandonados e áreas de mangues nas proximidades do Shopping Center Recife, construído em Boa Viagem no final da década de 1970. Por fim, uma denominação como *Conjunto Oropa, França e Bahia* era uma pura ironia para com o circuito preferido para as viagens de lazer e turismo das classes de renda média e alta no final dos anos 1960 e meados da década de 1970.

A denominação de algumas favelas, no entanto, não estava relacionada com nenhuma realidade específica ou a algum fato inusitado da localidade. Era o caso da favela *Mata-Sete*, situada no bairro de Boa Viagem, com as mesmas condições precárias de habitação e infraestrutura das demais favelas do Recife. Já a razão do seu nome não derivava de nenhuma situação de homicídio ocorrido na localidade, conforme relatou um morador a um repórter, em 1975:

Pedreiro em disponibilidade, José Marinho assegura que “assalto, quando acontece, é feito por gente de fora que vem para cá”.

Quando José Marinho, paraibano de Santa Rita, chegou ao Mata-Sete, há três décadas, “tudo isso era só um mangue”, lembra, enquanto observa uma partida de dominó, pacificamente disputada por quatro amigos, em frente a uma pequena mercearia.

“E sabe por que esse lugar ficou conhecido como Mata-Sete”? – pergunta, com voz apressada.

“É porque havia aqui uma gafieira. E a música que animava a dança dizia: ‘O Mata-Sete fugiu da cadeia/A coisa tava feia/Naquele lugar’. O disco era de Jackson do Pandeiro, se não me engano. Então, todo mundo dizia: ‘Vamos no Mata-Sete!’ Depois desse tempo, todo mundo ficou chamando o lugar por esse nome” – esclarece. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 02/09/1974; 13, 1º Caderno)

Analisando os nomes dados a diversas favelas (*Ilha das Cobras*, *O Formigueiro*, *Entra Apulso*, *Skylab*, *Skylab II*, *Ponte do Vintém*, *Brasília Teimosa*, *Ilha dos Macacos*, *Planeta dos Macacos* e outros), Yaponira Machado Barbachan Guerra chegou à seguinte conclusão:

Os seus moradores recorrem à fantasia como uma maneira de dar sentido à sua existência, de compensar a espoliação da qual são vítimas. Daí por que esses nomes não surgem por acaso. Têm significados que se explicam pelas determinações histórico-objetivas que pesam na situação de classe dessas populações. Cada denominação tem, por conseguinte, uma história que, no fundo, é a história de cada migrante, é parte de sua vida: o grito por um pedaço de terra mesmo que “a pulso”, sustentado com “teimosia” pela população e com o trabalho do “formigueiro”, a miséria do “vintém” e a luta das “cobras”. Esse mecanismo

tem, portanto, uma função compensatória que permite ocultar ou mascarar o real, atestando o absurdo desse real, mas tornando-o aceitável. (GUERRA, 1993; 35)

A maioria das favelas do Recife eram compostas de ruelas que, à medida que avançavam para o seu interior, podiam tanto se estreitar como se alargar. Nelas, os domicílios podiam ser tanto rústicos como duráveis e significava que eram residências com divisão em cômodos e construídos em alvenaria, rebocadas, pintadas e com algumas instalações de infraestrutura (abastecimento de água, algum sistema de esgoto). Já para as demais, sendo consideradas rústicas ou não, até a década de 1960 predominava uma edificação que começava pelo chão de terra batida e seguia com paredes de madeira ou taipa, sendo que a primeira era utilizada mais nas edificações ribeirinhas e a segunda, nos morros, como no caso dos mocambos e da infraestrutura da *favela do Coque*, situada na Ilha Joana Bezerra, em meados dos anos de 1970:

Quem vem pela Rua Imperial pode ter uma dessas dolorosas visões, entrando pela Rua Cabo Eutrópio, e atravessando, alguns metros adiante, a linha férrea. Encontra-se, então, no Coque, no maior aglomerado de mocambos do Recife. São 12.000 casas feitas de Barro e madeira, numa área que vai dos Afogados até as proximidades da Ilha Joana Bezerra, com uma população aproximada de 60.000 pessoas, a maioria crianças.

Quase que inteiramente situado nos mangues, o Coque se transforma num amontoado de ruelas de difícil acesso, algumas até iluminadas, onde, não raro, nos deparamos com crianças que partilham restos de comida com porcos e outros animais. Ali a fome é a grande responsável pelo alto índice de mortalidade infantil. As crianças, na luta pela sobrevivência, catam sururu nos mangues, depois, na feira dos Afogados ou nas pontes do centro da cidade. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 27/07/1975; 5, Caderno de Domingo)

No ano de 1978, já se podia constatar que 85% das residências tinham piso de cimento ou de outro material, como a metralha formada a partir da reunião de detritos resultantes de demolições (tijolos, pedras, cerâmicas, concreto), 90% tinham telhado de barro e cerca de 40% tinham paredes de alvenaria contra 20%, para paredes de madeira, e 40% feitas de taipa.⁵

A evolução que se constatou entre a década de 1960 e 1970 não podem ser creditadas a algum tipo de progresso econômico e/ou à disposição de melhores condições socioeconômicas para os seus moradores. Muitas das melhorias nas edificações se devem muito mais à persistência e ao senso de oportunidade de seus moradores, como a disposição e criatividade em reaproveitar detritos de construções e a paciência e planejamento para fazer de um pequeno espaço uma edificação mais ampla, fazendo a mesma avançar no sentido vertical ou no sentido horizontal sobre áreas alagadas. Neste sentido, são interessantes as observações sobre as edificações na favela denominada Brasilit, feitas por Maria Cristina Marques Ortiz e Renata Stadler de Almeida Hue:

⁵ Para este tópico utilizamos como subsídios as informações e análises constantes em: SOUSA, Alberto. **Do mocambo à favela**: Recife, 1920-1990, pp. 43-50, e ORTIZ, Maria Cristina Marques e HUE, Renata Stadler de Almeida. **Minaçu e Recife**: histórias de habitações e seus habitantes, pp. 208-211.

(...) O chão de terra batida, muitas vezes úmido pelas águas servidas, no período das chuvas, torna-se um lamaçal que toma quase toda a casa. Requintes de casas de dois andares não faltam; surgem de vez em quando, feitas de tábuas, meio pensas. A tentativa de aproveitar ao máximo o espaço faz com que as casas avancem sobre uma lagoa de água parada, transformando-se em palafitas feitas de tábuas, com pequenas e precárias pontes fazendo a ligação com a terra firme.

A sensação de desafio proporcionada pelo espaço da lagoa rodeada de mato a arbustos, mesmo com os barracos começando a avançar sobre ela, é um contraste brutal com as vielas que, momentos antes, nos faziam andar em fila indiana entre o muro e alguma casa que não se atreveu a usá-lo como arrimo.

A necessidade de se construir um abrigo com o mínimo de recursos faz com que a criatividade e a disponibilidade física se transformem nos componentes mais requisitados.

O abrigo, que no começo é instalado com o objetivo de ser provisório, acaba no entanto se tornando permanente. Uma das características dessas casas é a impressão de que elas estão sempre no meio de uma reforma que nunca tem fim.

Na impossibilidade de se comprar grandes quantidades de material, a alternativa é parcelar a montagem da casa. Às vezes se torna empreendimento de uma vida inteira. Constrói-se primeiro um núcleo, onde geralmente se usam como material refugos diversos. Tábuas de antigos caixotes fazem paredes e, segundo nos informou um antigo morador da região, as barrancas do rio Capibaribe fornecem barro preto a vermelho de boa qualidade que podem se transformar em material para construir paredes de taipa. Papelão, plástico, faixas de propaganda servem como tapa-buracos. As telhas onduladas de fibrocimento, que deveriam servir como cobertura das casas pode assumir lugar de uma parede, uma divisória de terreno a remendar aqui e ali buracos que começam a surgir. Percebe-se que as pessoas preferem as telhas de barro, pois dadas as condições das casas – com teto baixo e sem forro – o barro fornece maior isolamento térmico.

(...) Ao mesmo tempo em que ela remenda a casa provisória, vai reservando material para sua futura casa que muitas vezes vai surgindo de dentro da antiga. Pode-se ver com frequência telhas de fibrocimento de pequenas dimensões – mais ou menos 25 por 35 cm – que são usadas na fábrica como calço no transporte de placas, empilhadas a um canto à espera de uma quantidade suficiente para se montar um telhado completo. (...) Os tijolos, também à espera de quantidade suficiente, ficam cobertos por plásticos para não estragar com a chuva. (ORTIZ e HUE, 1987; 209-210)⁶

Contudo, o elemento que configurava decisivamente a qualificação dos domicílios como habitações de um complexo de favelas era a quase ausência de instalações infraestruturais nesses aglomerados urbanos. Para termos uma ideia dessa ausência, basta atentar para a distribuição das instalações infraestruturais por domicílio em 1970, constata-se na Tabela 4.

Na tabela só constam os domicílios considerados particulares ocupados por seus proprietários, não constando, portanto, os que eram alugados e os situados em alagados. Na realidade, a situação da maioria das palafitas, mocambos, casebres e casas possuíam,⁷ conforme o tipo de construção

⁶ As averiguações e apreciações feitas por essas pesquisadoras ocorreram na primeira metade da década de 1980. Contudo, elas observam que muito do que foi pesquisado e estudado é resultante de um processo que remonta à década de 1960 e prossegue pela de 1970, permanecendo com muitas das mesmas características à época de suas pesquisas, tornando-se assim um subsídio importante para investigar as formas de edificações usadas nos anos do período que aqui delimitamos.

⁷ Pelo que podemos observar, é possível fazer uma certa tipologia dos tipos de habitações utilizadas nas favelas do Recife, ressaltando ser ela muito restrita e genérica para um uso mais específico em estudos monográficos para

para o tipo de área ocupada, uma quase total ausência de instalações infraestruturais. No geral, nas localidades consideradas favelas, o esgoto corria a céu aberto para cursos de água, açudes, mananciais ou canais, sendo que estes eram na maioria das vezes um corredor aberto abaixo do nível da superfície por onde escorriam dejetos para algum rio, lagoa ou açude próximo.

TABELA 4 – DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES SEGUNDO AS INSTALAÇÕES EXISTENTES (1970)

Características dos Domicílios	Nº de Domicílios	% Sobre o Total
Quanto ao abastecimento de água		
- Rede geral	102.098	52,95
- Poço ou nascente	20.175	10,46
- Não tem	70.536	36,58
Quanto à iluminação elétrica		
- Tem	165.792	85,63
- Não tem	27.817	14,37
Quanto às instalações sanitárias		
- Rede geral	36.059	18,19
- Fossa Séptica	38.051	19,75
- Fossa rudimentar	80.907	41,98
- Outro escoadouro	7.856	4,08
- Não declarado	29.836	15,48

Fonte: Censo Demográfico - 1970.

Segundo Alberto Sousa, para o ano de 1978, 55% das habitações das favelas não se beneficiavam de nenhum serviço sanitário. (SOUSA, 2003; 52) Quanto ao abastecimento de água, para uma boa parte dos domicílios a água chegava através de sua obtenção em chafarizes ou torneiras públicas, em cacimbas, quando não eram adquiridas de terceiros que tinham torneiras ou a revendiam em veículos adaptados para o seu transporte. O grande problema dessa forma de obtenção de água estava no seu armazenamento em condições que não asseguravam a impossibilidade de serem contaminadas. (SOUSA, 2003; 53)

Outro grande problema era quanto à coleta de lixo e, nesse aspecto, quanto mais perto estivesse à favela do centro urbano do Recife mais chances ela teria de alguma vez ser assistida pela coleta de lixo. Normalmente, dois terços a três quartos das habitações, dependendo da localidade, não eram servidos pela coleta de lixo, sendo que as favelas periféricas raramente tinham acesso a esse tipo de serviço público, segundo pesquisas realizadas no ano de 1977. (SOUSA, 2003; 55)

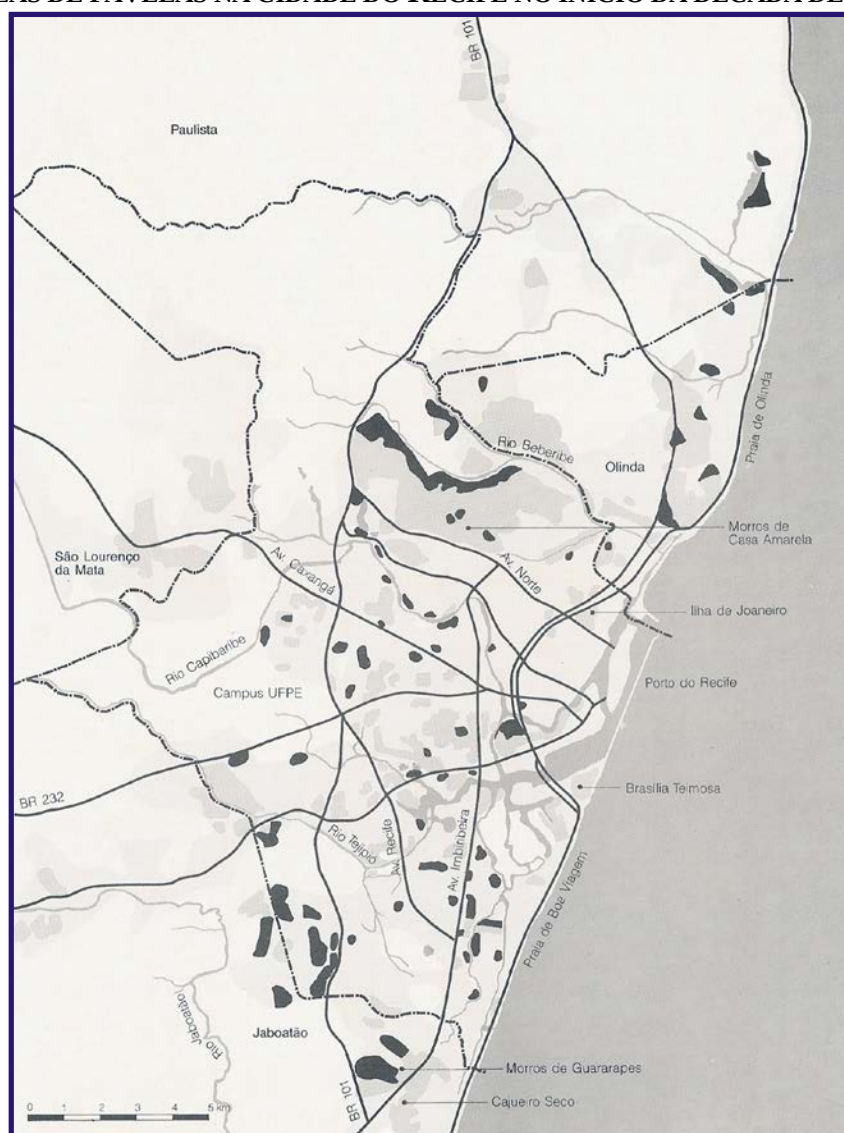
Das instalações de infraestruturas, a de maior acesso era a iluminação elétrica e isso se devia basicamente às possibilidades e facilidades técnicas de se fazer uma extensão elétrica da rede de

contextos históricos que suscitam os tipos de moradias. Em princípio a tipologia contemplaria os seguintes tipos de moradias: *palafitas*, moradias construídas sobre um conjunto de estacas fincadas sobre as águas de rios, lagoas e praias; *mocambos*, habitações construídas de taipa ou outro material que são mais comuns nos mangues ou alagados; *casebres* e *casas*, ambas são edificações feitas em geral de um só tipo de material ou da combinação de diversos (madeira, chapas metálicas, taipa e alvenaria), tendo na maioria das vezes divisões de cômodos. Elas são mais próprias nas aglomerações dos morros ou em terrenos menos sujeitos às intempéries da planície aluviônica, o que permite aos seus moradores realizarem planejamentos e investimentos na melhoria das moradias a médio e longo prazo.

distribuição próxima às moradias, obtendo, assim, através de um fio ligado a um poste da rede de distribuição, energia para os cômodos da casa, permitindo criar extensões para bocais de lâmpada e tomadas para intermediar a energia elétrica para algum equipamento eletrônico.

Segundo Alberto de Sousa, esse tipo de obtenção de energia era tão comum e impossível de ser controlado, que a partir dos anos de 1970 a companhia de energia passou a expandir a oferta de energia elétrica para os moradores das favelas. Esse procedimento foi possível em virtude de uma política adotada pela companhia de eletrificação para as habitações de pessoas de baixa renda, independente da sua situação jurídica, localização ou condições materiais, para absorver os seus moradores como consumidores regulares. Um segundo aspecto que favoreceu essa política foi à facilidade técnica e o baixo investimento de recursos para extensão de redes elétricas até as favelas. (SOUSA, 2003; 51-52)

ÁREAS DE FAVELAS NA CIDADE DO RECIFE NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1980



Fonte: ORTIZ e HUE, 1987; 202.

O processo que dava origem às favelas e a forma como eram constituídas e organizadas dependia muito do processo de ocupação da área em que ela seria erguida. As formas de ocupação da área iam desde a invasão, que Alexandrina Sobreira Mota subdivide em *invasão primária* (apropriação coletiva de áreas públicas, privadas ou mistas, onde não havia outra invasão e nem conflitos com os proprietários) e *invasão secundária* (apropriação coletiva de áreas públicas, privadas ou mistas, onde já havia algum tipo de invasão e conflitos com os proprietários), até a ocupação (apropriação coletiva de áreas públicas, privadas ou mistas de caráter gradual, não tendo conflito e até consentimento do proprietário). (MOURA, 1990; 70) Segunda a autora, a invasão passou a ser marca predominante na formação das favelas a partir da década de 1960 e de 1970. Nessas duas décadas, aconteceu entre 56 e 54 invasões, respectivamente, representando o período 28,4% das ocupações e/ou invasões ocorridas no Recife entre 1916 e 1987. (MOURA, 1990; 73-74) A autora ainda observa que houve uma queda no número de invasões primárias na década de 1970 motivadas por alterações na conjuntura política na segunda metade da década:

Na década seguinte, entre 1971 e 1980, diminui o número de invasões primárias ocorridas em áreas privadas que constituem metade das ocorridas em áreas públicas. Até 1979 a trajetória das invasões na RMR foi similar à das invasões registradas a partir de março de 1964. Havia uma diferença básica: o processo de abertura iniciado em 1975 foi paulatinamente trazendo de volta a idéia de participação da sociedade civil. Registra-se nesta época a fundação do maior número de associações de moradores em Recife nos últimos vinte a cinco anos. A criação destes canais participativos deu lugar à crescente politização dos conflitos de propriedade na RMR à medida que os moradores se organizavam para reivindicar infraestrutura para áreas há anos ocupadas ou a permanência na área recentemente invadida. (MOURA, 1990; 87-88)

No contexto do processo de redemocratização do país, a ocupação de áreas privadas, públicas e/ou mista passou a ser politizada pelos seus ocupantes. Isso significou que os expedientes repressivos utilizados pelo poder público para expulsar os moradores, alegando o zelo do direito de propriedade privada de seus proprietários e a obrigação estatal de coibir ações de transgressões criminais contra esse direito, não podiam ser mais a única solução desenvolvida pelos governantes. A posse da terra ocupada ou invadida, através do título de propriedade, e a instalação de melhorias urbanas nas localidades de favelas passaram a ser entendidas pelos moradores como um direito adquirido, fundado nas obrigações do Estado para com a sociedade e em mecanismos jurídicos que garantiam a reivindicação da área ocupada para os seus ocupantes.⁸

⁸ Entre os mecanismos jurídicos que podem ser utilizados para reivindicar a posse da terra e o seu título de propriedade está o direito de *usucapião*.

Essa compreensão e o quadro político possibilitou, de um lado, que os moradores tivessem uma maior consciência política do problema que os afligia, uma maior participação comunitária e que forjassem uma organização pela luta de seus interesses e demandas perante o Estado, que seria a base da proliferação de associações de moradores e outras formas de organização nos anos de 1980, quando foram criadas cerca de 50% de todas as organizações de moradores em Recife desde 1950, rompendo, dessa forma, paulatinamente, com as formas tradicionais de fazer política (as práticas clientelistas, populistas e paternalistas) que mediavam às relações de reciprocidade e fidelidade política entre as classes subalternas e o Estado e seus atores políticos.

Por outro lado, as derrotas eleitorais sofridas pelos governos autoritários em 1974 e a crescente presença de setores políticos à esquerda do espectro político entre os segmentos das classes subalternas levaram os governos municipal e estadual a adotarem outras formas de lidar com os problemas relacionados às ocupações das áreas de favelas, levando-os à elaboração de novas estratégias e a programas que não contemplavam mais apenas a alternativa única da remoção dos moradores. (MOURA, 1990; 89-90)

A mudança de enfoque dos condutores da administração estadual e municipal já podia ser visível em declarações dadas a uma revista, na qual salientavam a preocupação de uma política que viesse a contemplar de forma mais eficaz os problemas sociais, urbanos e econômicos pelos quais passava grande parte da população do Recife e de Pernambuco.

Ainda sem condições de precisar os recursos de que disporá para atingir os objetivos básicos do Estado nos próximos quatro anos, o governo José Moura Cavalcanti já antecipou no programa que pretende realizar de 1975 a 1979 - I Plano de Desenvolvimento - as prioridades e as linhas gerais de sua administração. Transportes, energia e comunicações aparecem como os setores da economia que devem merecer os maiores investimentos do Estado, enquanto que na área do chamado desenvolvimento social destaca-se a preocupação com a política habitacional, de um lado, e de outro, com a formação e aperfeiçoamento de mão de obra e programas de profissionalização. (A Construção Norte Nordeste, nº 25, abr. 1975; 12-13)

(...) "É imperativo - assinala o prefeito - terminar de uma vez com as soluções de improviso, com a administração improvisada. Os problemas essenciais, como habitação, transportes, trabalho, abastecimento, recreação, cultura e saúde, devem ser enfrentados a partir do enfoque global de um plano integrado da cidade e da região metropolitana".

(...) "Recife - diz o prefeito - é foco absorvente de contingentes populacionais carentes de classificação profissional. Quase na mesma escala, é centro gerador de mão de obra especializada, desencontro que provoca o fenômeno do subemprego e participação econômica inativa. Existe uma carência muito grande de equipamento comunitário, espaço físico restrito e alta densidade demográfica. A situação poderá modificar-se, desde que se consiga modernização da legislação e execução de uma política racional de ocupação do solo". (A Construção Norte Nordeste, nº 25, abr. 1975; 14)

Nas citações acima, feitas pelo prefeito da cidade do Recife, Antônio Farias, recém-nomeado e empossado em 25 de março de 1975, pelo governador José Moura Cavalcanti, indicado como governador de Pernambuco pelo então Presidente Ernesto Geisel e empossado em 15 de março de 1975, procuram priorizar como pontos de destaque de suas plataformas de governo a questão da moradia destinada aos segmentos das classes subalternas.

Em tese, a questão de moradias para as classes subalternas já fazia parte do ideário das políticas governamentais desde a segunda metade da década de 1960. Através de instituições financeiras (Banco Nacional da Habitação - BNH, Sistema Financeiro da Habitação - (SFH) e Sistema Financeiro do Saneamento - SFS), contando com os recursos do FGTS e das cadernetas de poupança, havia sido elaborada uma política estatal destinada à construção de casas populares. No entanto, ao longo dos anos, a maior parte dos recursos foi destinado para o financiamento da indústria de material de construção, de obras de saneamento urbano, principalmente, nas áreas urbanas de maior expansão imobiliária, e aos financiamentos para a aquisição de moradias para os setores de renda média e alta, restando poucos recursos para cumprir o seu objetivo inicial. No caso, em todo o Brasil, foram construídas e financiadas pelo BNH, no período de 1964 a 1974, cerca de 1.050.000 unidades residenciais em todo o país, das quais apenas 266.275 eram moradias consideradas de caráter popular, que na cidade do Recife tinham um valor médio de Cr\$ 8.000,00 a Cr\$ 15.000,00, aí incluindo para este último os custos com infraestrutura urbana, contra o financiamento para apartamentos de padrão médio de Cr\$ 50.000,00 a Cr\$ 120.000,00 e, para os com acabamento luxuoso, variando de Cr\$ 300.000,00 a Cr\$ 800.000,00.⁹

Considerando só as intervenções da Prefeitura do Recife e do Governo de Pernambuco, entre 1969 e 1970, no Recife, pode-se constatar que as políticas estatais no período adstritas à construção de moradias para as classes subalternas se submetiam a essa lógica de alocação de recursos. Mesmo assim, a deliberação de construir unidades residenciais para esses segmentos sociais era muito mais um desenlace de uma obrigação de prover moradias para aqueles que tinham sido removidos de áreas onde seriam construída alguma obra viária ou algum outro tipo de equipamento urbano. Foi o caso das habitações dos moradores da Ilha João de Barros, em Santo Amaro, em dezembro de 1972, que foram removidos para casas construídas pelo governo estadual na Vila de Ouro Preto, Olinda, com a desapropriação de seus mocambos para a construção da Av. Agamenon Magalhães, segundo uma propaganda do governo estadual e ilustração da mesma (Fig.4):

⁹ Os financiamentos para a aquisição das chamadas casas populares eram feitos através da Cohab-Recife, que recebia recursos do Plano Nacional da Habitação Popular — Planhap e se responsabilizava pela construção e intermediação sobre diferentes formas de financiamento, conforme o poder aquisitivo do interessado, para a aquisição do imóvel. Para os apartamentos destinados ao consumidor de renda média e alta, os financiamentos eram feitos através de recursos oriundos do FGTS e das cadernetas de poupança, na qual o comprador pagava o imóvel ao longo de 25 anos. Nestes empreendimentos, as construtoras recebiam financiamentos do BNH para a construção e recebiam o valor integral do imóvel quando concluída a venda do mesmo. Sobre estes aspectos, consultar reportagens na A Construção Norte Nordeste, nº 2, jan./fev. 1973, pp. 13-14; nº 3, mar./abr. 1973, pp. 26-27; nº 38, jul. 1976, pp. 26-27.

São 105 famílias, 532 pessoas. A partir de hoje, estão nas casas-embrião construídas pela Administração Eraldo Gueiros Leite, através da Secretaria Assistente. Deixaram para trás os escombros de 105 mocambos da Ilha João de Barros. Começa uma nova vida para essa gente toda. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 08/12/1972; 11, 1º Caderno)

A Vila de Ouro Preto e as Ur's (Unidade Residência), estas construídas pela Prefeitura do Recife, serviam como áreas habitacionais projetadas pelo Estado para alocar as populações removidas das áreas que seriam objetos de intervenções das políticas de reurbanização e/ou reordenamento urbano. Tanto a Vila como o complexo de Ur's estavam situadas nas fronteiras das áreas de periferia das cidades de Olinda e Recife. No caso das Ur's, distribuídas pelos bairros do Ibura (Ur's de 1 a 6, com 6.066 casas), Várzea (UR-7, 540 casas), Jardim São Paulo (UR-8, 573 casas) e Jardim Ipiranga (UR-9, 129 casas), todas localizadas nos limites sul e sudoeste dos distritos de Afogados, Tejipió e Várzea, fronteira com a cidade de Jaboatão,¹⁰ construídas com financiamento do BNH, eram de fato empreendimentos governamentais voltados para a alocação dos indivíduos removidos de suas antigas moradias e só se diferenciavam destas por serem obras feitas de alvenaria, como podemos confirmar a partir de uma descrição das unidades residenciais da UR-6:

UR-6 RE 2.37 – UNIDADES RESIDENCIAIS

Este amontoado de siglas e cifras quer dizer o seguinte: UR-6 – unidade residencial seis (tal número é o código de identificação) e os números querem dizer: dois quartos numa área coberta com 37 metros quadrados.

Por ser uma área pioneira e oferecendo melhores condições, grande parte das unidades residenciais estão localizadas no Ibura: lá se encontram as Urs 6-5-4-3. A UR-7 está localizada na Várzea e a UR-8 ficará localizada no Jardim São Paulo e em Ipiranga. Serão residenciais mais para a classe média, com padrões superiores às de tipo popular.

Assim, nada menos de 1.030 casas foram construídas na UR-6, sendo que do tipo 2.37 são 488 unidades, e do tipo 0.52 542 casas. Quando um zero é colocado antes do número seguinte, quer dizer que a pessoa que for residir lá terá uma residência sem quartos, embora tenha cozinha, banheiro e lavanderia.

Dependerá das posses do novo proprietário fazer as devidas construções daquilo que julgar mais conveniente à sua casa. (Diário de Pernambuco, 14/06/1970; 15, 1º Caderno)

¹⁰ Estes indicadores são para meados do ano de 1973. Consultar: Diário de Pernambuco, 06/08/1973, p. 3, 1º Caderno.



(Da esquerda para direita) Fig. 4. Faixa anunciando mudança dos moradores de mocambos. **Fonte:** DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 08/12/1972; 11, 1º Caderno. Fig. 5. Plano Urbanístico da UR-8, localizada no Jardim São Paulo, Ibura, Recife. **Fonte:** DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 08/01/1972; 7, 1º Caderno. Fig. 6. Conjunto UR-6, localizado na Várzea, Recife, concluído em 1974. **Fonte:** DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 14/06/1970; 15, 1º Caderno.

Outras remoções, como a que deu origem à UR-10, começaram com a transferência de moradores de áreas atingida pela cheia de 1966 no Recife e se seguiram com recolocação de uma parte dos moradores da favela do Coque pelo governo estadual, em 1976, sob a alegação de que o local em que estavam os seus mocambos estavam à mercê das cheias que ocorriam periodicamente na cidade, segundo um depoimento de um morador da UR-10:

O governo desapropriou porque queria tirar a favela do centro, alegando que ali haveria problema de cheia. Tirou o pessoal do centro onde eles tinham tudo e sacudiu aqui na UR-10, no Ibura, bem distante do centro com deficiências, sem médicos, nem lugar para fazer compras. Sem saneamento básico, calçamento, acesso, transporte, a maior dificuldade. É como trocar de açúcar para o sal.¹¹

Na prática, a política habitacional que os governos estavam implantando nos áureos tempos do “milagre econômico” para as classes subalternas tinha como objetivo fundamental a remoção de seus integrantes de localidades próximas da área central do Recife e das áreas consideradas nobres no seu entorno, que poderiam ser urbanizadas para dar lugar às obras viárias e a uma infraestrutura urbana capaz de aportar empreendimentos lucrativos no seu interior, como a construção de edifícios residenciais e empresariais, ramos de negócios voltados para o lazer e o entretenimento, estabelecimentos prestadores de serviços (hotéis, restaurantes, bares e estacionamento) e outros do setor terciário (supermercados, postos de gasolina), dirigidos a uma clientela detentora de rendimentos capazes de usufruí-los. Já quanto ao destino dos removidos, o que se traçava para eles era deslocá-los para áreas cada vez mais distantes das futuras zonas de empreendimentos e que servissem quase como depósito de gentes e os segregassem das futuras áreas hiper-gradáveis. Para isso surgiram a Vila de Ouro Preto e as Ur’s, na periferia das cidades de Olinda e Recife, e depois se empreendeu uma política de deslocamento ainda maior, como a construção dos conjuntos

¹¹ Este depoimento e outras informações sobre a UR-10 se encontram no trabalho produzido pelo Etapas, em parceria com a Associações de Moradores da UR-10, intitulado **A UR-10: o bairro e seus moradores**, pp. 18-21.

habitacionais em áreas vazias,¹² nas zonas rurais das cidades do Grande Recife (Muribeca, Artur Lundgren, Maranguape, Rio Doce, Paratibe, Jardim Paulista). Dentre esses conjuntos habitacionais estavam as 293 casas entregues em abril de 1974:

Mais de 293 casas entregues ao povo pernambucano, às 17 horas de anteontem em Abreu e Lima, por ocasião da inauguração do Conjunto Habitacional Hermann T. Lundgren – situado em Paulista e que fica a apenas 15 quilômetros desta Capital – marcaram a abertura das festividades do 3º ano do Governo Eraldo Gueiros e do 10º aniversário da Revolução de Março. (Jornal do Commercio, 02/04/1974; 5, 1º Caderno I)

A maioria desses conjuntos habitacionais eram financiados com recursos do BNH e das Cohab (do município e do estado). Contudo, nem todos os programas de habitação anunciados aos quatro ventos como intervenção estatal para solução dos problemas de moradias da população eram de fato direcionados aos integrantes das classes subalternas. Isto é possível desvelar quando analisamos mais detalhadamente uma reportagem do Diário de Pernambuco, datada de 12 de outubro de 1972, que tinha a seguinte manchete: *IPSEP e BNH fazem notável programa de habitação*, referendando a colocação acima de que a orientação dos financiamentos do BNH era mais destinada à construção e aquisição de imóveis de padrão médio para cima:

(...) os apartamentos tipo duplex do Conjunto Habitacional Nestor Cavalcanti, situados na Rua Padre Carapuceiro, em Boa Viagem, são os melhores já financiados pelo BNH, na cidade, de 158,88 m² e preços de venda que variam de Cr\$ 70.000,00 a Cr\$ 78.000,00, conforme sua localidade. (Diário de Pernambuco, 10/10/1972; 3, 1º Caderno)

O tipo de apartamento, o seu tamanho, a sua localização e o seu valor não deixam dúvidas de que o notável programa de habitação anunciado na manchete da reportagem não se destinava a quem os recursos captados pelo BNH deveriam beneficiar. O destino dos financiamentos era viabilizar a realização do sonho da casa própria da classe média com renda e capacidade de endividamento que, além de ofertar a segurança da moradia livre dos aluguéis, podia servir de esteio de projeção social, dependendo da qualidade do imóvel.

Por outro lado, morar e viver em favelas, moradias deficitárias, logradouros desprovidos de qualquer urbanização, ruas e ruelas que se assemelham a labirintos e espaços que serviam mais

¹² O conceito de *áreas vazias* compreende espaços naturais ainda não colonizados pelo homem e desprovidos de atividades econômicas. O conceito é utilizado na História Econômica que se volta para o estudo da expansão da agricultura em áreas recém-colonizadas ou em vias de ocupação, principalmente nos estudos em relação à História Econômica da América Latina Colonial. O conceito se aproxima do de *arroteamento*, usado para explicar a expansão da agricultura pelas áreas florestais na Europa Feudal.

como abrigos já era um perigo. As tragédias já se anunciavam como irreversíveis e cabendo só a dúvida de saber quem dela teria a oportunidade de sobreviver.

A tragédia podia estar num quarto do bairro do Brás, em São Paulo, apinhado de parafernalias industriais, quando as armadilhas da civilização matavam na calada do sono os seus moradores:

A notícia acusa outros pormenores expressivos, ausentes no romance de Júlia Marquês Enone, cuja ação decorre há alguns anos e numa capital menos atingida pelas quimeras da civilização industrial: no alojamento, havia geladeira, rádio-vitrola portátil, televisão e até projetor de diapositivos; num anônimo teatro do Brás, "iniciando-se na carreira artística", ensaiavam, todas as noites, Lucia e Maria do Carmo, mortas no incêndio. (LINS, 1976; 42)

O desastre se abatia também sobre aqueles que buscavam dias melhores em outras terras e que para tal teriam que habitar cômodos apinhados que mais se assemelhavam aos cárceres do sistema penitenciário do país.

Traz o jornal de anteontem (O Estado de S. Paulo, última página), amplo noticiário sobre o incêndio de uma casa no Parque das Américas, em Mauá, causado pelo vazamento de um bujão de gás. Registro-o aqui porque já foi esquecido (os jornais de hoje e mesmo de ontem nada mais trazem a respeito) e porque as condições de moradia das vítimas lembram as de Maria de França, com os seus muitos irmãos sem rosto e sem nome. A habitação incendiada compunha-se de um quarto e uma cozinha. Quatorze pessoas moravam nos dois cômodos, sendo doze no quarto: só em uma cama, na hora da explosão, dormiam seis. O desastre ocorreu às três da madrugada e um dos inquilinos, que ainda não chegara do trabalho, declarou ao repórter: vinham todos do campo, de Ubá, em Minas Gerais; ganha-se mais em São Paulo, mas sofre-se "que nem um burro"; ali amontado com treze viventes, quase não via ninguém e, assim, mal conhecia os outros moradores. (LINS, 1976; 40-41)

E se não bastassem às armadilhas da civilização industrial, restavam ainda às intempéries da natureza que se voltava contra as interferências do homem em sua paisagem, não distinguindo se aquele que atingia fora impelido contra a sua vontade de buscar a sobrevivência nos limites de mediação entre o homem e a natureza.

Os que habitam as suas margens acostumam-se a ver, descendo a correnteza, bichos mortos e destroços: chuvas pesadas nas cabeceiras ou em um ponto qualquer do seu percurso. Além disso, sabem todos – e as últimas notícias só fazem confirmar – a ameaça que esse rio, decorativo e pacífico, constitui para o Recife. Nas cheias temporárias e cujas proporções avultaram no último decênio, de modo que as zonas seguras diminuem e crescem os danos, prevendo-se inclusive uma inundação que reduzirá a capital a lama (e não se veja, nisso, puro acaso ou uma fatalidade natural), traz o Capibaribe, desconjuntados, os mundos que percorre. Plantação, gado pesado e leve, de couro e de pena, habitação – o madeirame e o acervo doméstico –, gente, o que não vem nesse dilúvio?, e pode mesmo engrossar as águas da cheia, anônimo, com suas baronesas e peixes, um açude solto. (LINS, 1976; 162)

Aqueles que buscavam a sobrevivência nos limites da mediação entre o homem e a natureza, faziam-no porque naqueles espaços da paisagem natural inóspitos foram os únicos lugares que lhes restaram para repousarem após as emigrações em busca de outros dias e que, enquanto não chegam esses dias, iam arrancando da natureza a sua sobrevivência.

Mesmo assim, aumenta o êxodo rural, gerando favelas como a do Coque – 60 hectares, no Recife, de terra pantanosa aterrada com lixo – onde vivem 10.000 pessoas, 90% das quais sem ocupação certa e que se alimentam de mariscos apanhados na lama. (LINS, 1976; 12)

De lugares como o Coque e tantos outros Recife, apinhados de favelas que se amontoam uma sobre as outras, esvaía-se o aspecto bucólico da natureza e qualquer outra possibilidade de uma pretensa vivência marcada pelas propriedades da vida natural. Como na canção *Sampa*, de Caetano Veloso, os detritos industriais e a força do progresso vão apagando o brilho da natureza e das estrelas (*Da feia fumaça que sobe/Apagando as estrelas*) e o chão das moradias das favelas já não são mais salpicados de estrelas, como o chão do barraco da canção *Chão de Estrelas*, de Orestes Barbosa e Silvio Caldas (*mas a lua furando nosso zinco salpicava de estrelas nosso chão*). No lugar do barraco, emergem moradias que se assemelham aos cárceres onde as estrelas não iluminam o seu chão e junto com outros cárceres formavam agora favelas em cenários impregnados de feições insalubres que atentam contra a saúde física e mental dos que a habitam.

Percebe-se, olhando um mapa do Recife, a presença das águas. Mas é sobrevoando-a que se vê até que ponto a cidade é rasa e úmida. Além do mar que parece conquistá-la e dos extensos mangues, com as infectas habitações equilibradas sobre varas e nos quais o sol mais luminoso, quando refletido, perde o brilho, poço lívido e sujo, há os rios, vários. Antes de ser o que é, a planície, submersa ou quase, era cortada de rios em fim de viagem, ligados através de canais. Os pequenos rios brotavam na planície e os maiores chegavam de longe, da zona da Mata ou do Agreste, como o Beberibe e o Capibaribe. O visitante pode ir ao Recife e não ver os outros rios; impossível ignorar o Capibaribe, originário do planalto da Borborema e que, passando entre colinas de argila e areia, atravessa o coração da cidade. (LINS, 1976; 161)

São, enfim, favelas, que juntamente com outros cenários da cidade vão compondo uma nova paisagem para o Recife. E mesmo que obras viárias e empreitadas de urbanização e/ou reordenamento urbano tentassem produzir uma realidade ou hiper-realidade agradável, as favelas emergiam nas entranhas e no cinturão da cidade como a marca da degradação a que foram submetidos àqueles que custearam com sua força de trabalho a modernização do país e do Recife.

Talvez, como num jogo de reflexos (obtido, é verdade, com espelhos embaçados e em corredores sombrios), tenha perpassado no meu texto o espectro dessa operária

e doméstica, atravessando consultórios e repartições, cruzando ruas não imaginárias de uma cidade real, o Recife, com os seus rios e pontes, seu porto, seus quartéis e as favelas que formam em redor da cidade uma espécie de aba negra e podre. (LINS, 1976; 109)

Referências

- BERNARDES, Denis. **Recife: o caranguejo e o viaduto**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.
- A CONSTRUÇÃO NORTE NORDESTE**. São Paulo: Editora PINI, nov./dez. 1972 a dez. 1979.
- CASTRO, Antonio Barros e SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1985.
- DIARIO DE PERNAMBUCO**. Recife: Diários Associados, jan. 1969 a mar. 1980.
- ETAPAS. **A UR-10: o bairro e seus moradores**. Recife: Etapas, 1989, (Cadernos Conhecer Melhor, nº 1, v. 1)
- GUERRA, Yaponira Machado Barbachan. **O espaço dos sem espaço**. Estudo de caso de representações sociais de migrantes de classes subalternas no Recife. Recife: Ed. Massangana, 1993.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico – 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico – 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 1 CD-ROM.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. (Séries Estatísticas Retrospectivas, v. 3)
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento Geral – 1980, Censo Demográfico – Pernambuco**. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico – Pernambuco – 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.
- IBGE. **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 1 CD-ROM.
- JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo**. A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- JORNAL DO COMMERCIO**. Recife: Sistema Jornal do Commercio de Comunicação, jan. 1974 a jul. 1975.

- LINS, Osman. **A rainha dos cárceres da Grécia**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1976, (Série Escalada)
- MENDONÇA, Sonia Regina de e FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente: 1964-1980**. 4. ed. ver. e atual. São Paulo: Ed. Ática, 1996. (Série Princípios, n. 152)
- MOURA, Alexandrina Sobreira. **Terra do Mangue: invasões urbanas no Recife**. Recife: Ed. Massangana, 1990.
- ORTIZ, Maria Cristina Marques e HUE, Renata Stadter de Almeida. **Minaçu e Recife: histórias de habitações e seus habitantes**. São Paulo: Projeto, 1987.
- PERNAMBUCO, Secretária de Coordenação Geral - CONDEPE. **Diagnóstico Preliminar da Região Metropolitana do Recife**. Recife: CONDEPE, 1974. (v. 2a)
- RECIFE, Secretaria de Planejamento – URB. **Plano de Desenvolvimento do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1980.
- SOUSA, Alberto. **Do mocambo à favela: Recife, 1920-1990**. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.
- URBIS: Revista de Urbanismo e Desenvolvimento**. Recife: URB- Empresa de Urbanização do Recife – PCR, Ano III, n. 4, jan./fev./mar., 1980.